



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 226

HISTÓRIA REGIONAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS MESORREGIÕES PARAENSES

Fábio Carlos da Silva
Luciene de Jesus Maciel da Silva

Belém, Dezembro de 2008

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Alex Bolonha Fiúza de Mello

Vice-reitor

Regina Fátima Feio Barroso

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Edna Maria Ramos de Castro

Diretor Adjunto

Thomas Hurtienne

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Luis Aragon

Francisco de Assis Costa

Oriana Almeida

Rosa Acevedo Marin

Sector de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 226

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

HISTÓRIA REGIONAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS MESORREGIÕES PARAENSES

*Fábio Carlos da Silva**
*Luciene de Jesus Maciel da Silva***

Resumo:

O artigo tem como objetivo verificar se a teoria do desenvolvimento endógeno contemporâneo aplica-se às regiões periféricas do capitalismo, particularmente a unidades político-administrativas mais atrasadas pertencentes a países de industrialização tardia, ou emergentes. Para tanto, analisa o caso do Estado do Pará, unidade federada socialmente mais atrasada da Amazônia brasileira, procurando revelar se as desigualdades entre as mesorregiões paraenses podem ser explicadas pela teoria do desenvolvimento endógeno, particularmente no que tange a existência, ou não, de correlação entre a formação sócio-econômica de cada região do Estado e a formação de capital social regional diferenciado entre as mesmas, como fator explicativo das desigualdades regionais internas.

Palavras Chave: Desigualdades regionais. Amazônia história regional. Participação social.

* Doutor em História Econômica; Professor Associado do NAEA/UFPA.

** Mestra em Desenvolvimento Social e Doutoranda do NAEA/UFPA.

Introdução

A formação socioeconômica do estado do Pará está ligada tanto a iniciativas privadas quanto a forte presença dos governos central e local desde os primórdios da colonização portuguesa na Amazônia até o momento atual da inserção do estado no mundo globalizado. Contudo, essas ações foram também responsáveis pela configuração de peculiares contextos socioeconômicos que se estruturaram de forma espacialmente distintos, principalmente a partir do século XX, onde a produção da borracha impactou a economia estadual e iniciou o processo de configuração socioeconômica do Estado em três macro-regiões: as metades norte e sul da região leste e o oeste paraense.

Atualmente, as mesorregiões metropolitana de Belém e Sudeste paraense são economicamente mais expressivas que as outras quatro: Baixo Amazonas, Sudoeste, Nordeste e Marajó, que apresentam índices com menores desempenhos, principalmente as duas últimas. A disparidade regional da riqueza é um fenômeno bastante discutido, compõe a natureza da reestruturação do capitalismo e é bem típica tanto dos países ricos quanto dos pobres.

O estado do Pará é um recorte desafiante para se discutir controle social e desenvolvimento econômico, pois é um estado que se estruturou socioeconomicamente a partir de relações sociais horizontais, muitas vezes, ancoradas em conflitos sociais de toda ordem, principalmente impulsionados pela disputa de terra, recursos naturais ou pela manutenção das culturas tradicionais. Então, esse ensaio buscará na história de formação socioeconômica os eventos e fatos que contribuíram para estruturar a sociedade paraense e que podem indicar os limites e as potencialidades do controle social nas relações entre o poder público e a sociedade paraense que podem favorecer o ambiente social e econômico das regiões paraenses.

O artigo, além dessa introdução e das conclusões, está estruturado em cinco sessões. As duas primeiras caracterizam a realidade atual e a formação socioeconômica das mesorregiões do Pará e através de análise comparativa buscam identificar se as diferenças econômicas entre as regiões correspondem também a diferenças sociais e se essas são devidas a processos históricos da formação socioeconômica peculiar a cada região.

As três últimas sessões analisam a relação entre controle social e desenvolvimento econômico nas mesorregiões paraenses, principalmente com base nos dados de pesquisa de campo* realizada no período de outubro de 2007 a novembro de 2008 em 33 municípios mais importantes de todas as mesorregiões. O público alvo da pesquisa constitui-se de pessoas associadas a organizações sociais sem fins lucrativos existentes nesses municípios. Foi aplicado um total de 930 questionários com

* Essa pesquisa foi realizada no âmbito do projeto Pólos de Inovação Tecnológica do Pará, resultante de convênio firmado entre a Universidade Federal do Pará, através do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA, o governo do estado do Pará e a FINEP. Tal projeto tem como objetivo promover a descentralização espacial e setorial da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pará, através da identificação, caracterização e estruturação de arranjos produtivos locais que tenham potencialidade para promover o desenvolvimento sustentável nas áreas das regiões de integração do Estado indicadas pelo zoneamento ecológico-econômico como de consolidação da fronteira aberta.

perguntas referentes à percepção de cada entrevistado em relação à participação, confiança, espírito coletivo e associativo no município. Esse questionário visava captar informações para se compreender os limites e as potencialidades do controle social nos municípios pesquisados. Os questionários foram tabulados e tratados no programa SPSS e estruturados em tabelas que serão utilizados ao longo do artigo.

A relação entre perfil econômico e perfil político de cada mesorregião foi elaborada por meio de um levantamento de dados secundários onde se buscou relacionar dados econômicos e sociais como PIB e IDH e dados que representam a organização da sociedade civil. Esses dados foram obtidos no levantamento do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia que elaborou um perfil das Instituições públicas sem fins lucrativos (IBGE, 2008). A finalidade desse procedimento foi buscar compreender se as regiões que apresentam maiores capacidade de organização social possuem melhores indicadores econômicos e conseqüentemente melhores indicadores sociais, bem como se as regiões mais ricas economicamente possuem um melhor e maior espírito participativo.

Para representar a capacidade de organização da sociedade civil o indicador escolhido foi número de organizações civis sem fins lucrativos por município que foram agrupados por mesorregiões, sendo que as instituições escolhidas foram categorizadas como aquelas ligadas ao desenvolvimento e defesa de direitos que são: as associações de bairro, centros e associações comunitárias, desenvolvimento rural, emprego e treinamento, defesa e direitos de grupos e minorias e outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos. Essa escolha se deu por serem organizações que geralmente tem o papel de representar a população nos assuntos locais.

Caracterização do Estado do Pará e suas Mesorregiões

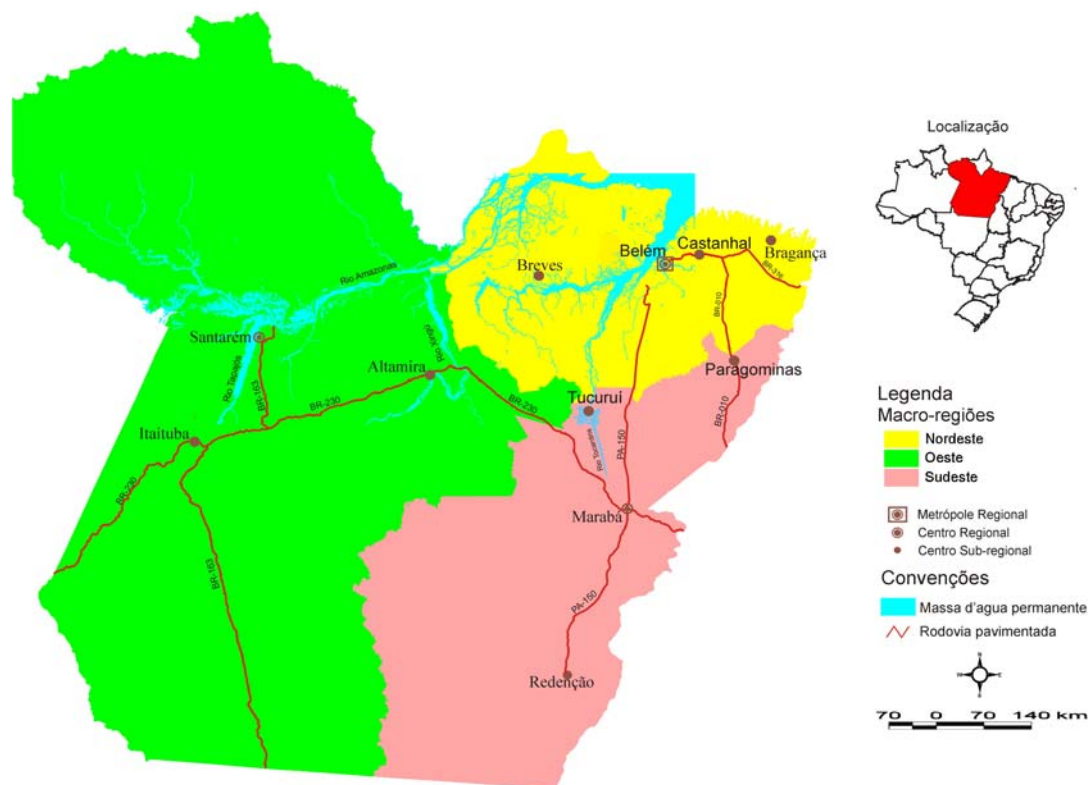
O Pará, segundo estado em dimensão territorial do Brasil, com 1,2 milhões de quilômetros quadrados, atrás somente do Amazonas, foi a porta da entrada dos colonizadores europeus e onde teve início, em 1616, a colonização portuguesa na Amazônia, com a fundação de Belém. A população composta por 7,3 milhões de pessoas em 2007, apesar de representar apenas 4,3% do total nacional, tem crescido muito mais que a média nacional. Nos anos 1970-2007, enquanto a população brasileira cresceu a uma taxa média anual de 1,94 %, no Pará esse crescimento foi o dobro, 3,33%.

O PIB do Pará em 2005, 39,1 bilhões de reais, corresponde somente a 1,8% do PIB brasileiro (2.147,2 bilhões de reais), mas tem crescido também de forma dinâmica a uma taxa média de 3,39% anuais entre 1970 e 2005, desempenho que é o dobro do brasileiro (1,97%). A densidade econômica paraense, entretanto, 31,4 mil reais por km², ainda é muito inferior à do Brasil, representando apenas 12% da brasileira. A participação da produção industrial na economia paraense é pouco superior à brasileira, 33% e 29% respectivamente, sendo o setor que tem mais contribuído para esse crescimento, embora com conseqüências sociais e ambientais danosas, como o expressivo desmatamento da floresta primária, o esgotamento dos recursos minerais e a não internalização da riqueza produzida em serviços públicos sociais vitais para a população. Mais de 1/3 da floresta amazônica que existia no Pará já foi derrubada, principalmente no leste do Estado.

O PIB per capita paraense, 5.292 reais, é metade do brasileiro, 11.658 reais em 2005, e o grau de pobreza também é alarmante, isto é, 2/3 da população auferia menos de ½ salário mínimo em 2000,

magnitude expressiva e também duas vezes maior do que a média nacional. Esses números atestam a péssima qualidade de vida da população, sendo o Pará o estado da Amazônia que apresenta o pior desempenho social, ficando no Brasil à frente somente de Alagoas, Maranhão, Paraíba, Piauí e Pernambuco. (ALBUQUERQUE, 2008a).

Figura 1: Macroregiões do Pará segundo o processo histórico de ocupação



Fonte: IBGE/adaptação

As Mesorregiões Paraenses

Segundo o IBGE os 143 municípios do Estado estão agregados em vinte e duas microrregiões e seis meso-regiões. Nesse estudo as mesorregiões foram agrupadas em três macroregiões: Nordeste, composta pelas mesorregiões do Marajó, Metropolitana de Belém e Nordeste paraense propriamente; Oeste, composta pelas mesorregiões do Baixo Amazonas e Sudoeste; e Sudeste paraense.

A maior meso-região do Pará é a do Sudoeste, polarizada pelas cidades de Altamira e Itaituba, cujo território possui 1/3 da área do Estado, 415,8 mil Km², e também é a de menor densidade demográfica, 1,2 habitantes por Km², contrastando fortemente com a região metropolitana de Belém, onde as cidades de Ananindeua e a capital do estado, concentram cerca de 2700 e 1.360 pessoas por km² em seus territórios. A região de Belém e do Nordeste concentram a maioria da população estadual, cerca de quatro milhões de pessoas, vindo a seguir o sudeste do Pará, com 1,5 milhões de habitantes.

O crescimento da população nos anos 1970-2007 foi mais significativo nas mesorregiões do sudeste e sudoeste, 7%.

Aproximadamente 2/3 da população do Pará habita nas cidades, grau inferior a média do Brasil, onde pouco mais de 80% residem em áreas urbanas. Somente no Marajó essa relação é inversa (2/3 da população ainda habita nas zonas rurais). A região com maior grau de urbanização, após a Região de Belém, é o sudeste paraense, com destaque para o município de Redenção, centro sub-regional onde 95% de seus habitantes vivem na sede municipal.

Também o Sudeste é a região mais industrializada do Pará, 48,6%, seguida pelo Baixo Amazonas, 32,5% e Região Metropolitana de Belém, 28,9%. A indústria predominante é a de extração mineral, onde a Companhia Vale do Rio Doce, em Carajás, a Mineração Rio do Norte, em Oriximiná, e a Albras/Alunorte, em Barcarena, são as mais expressivas na formação do PIB industrial. A mesorregião economicamente mais dinâmica do Pará é o sudeste, onde o PIB cresceu 15% ao ano no período 1970-2005, o dobro da média estadual. Também o PIB per capita do sudeste é o maior das mesorregiões do sudeste, 7,8 mil reais, contra apenas cerca de dois mil reais no Nordeste e Marajó.

Essa riqueza do sudeste tem um preço que a sociedade está pagando, isto é, o elevado desmatamento regional, sendo o sul do Pará a área mais alterada do Estado nos últimos 40 anos e, juntamente com a macro-região nordeste, é a mais desmatada: Belém, 99,5%, Nordeste 72,6% e Marajó, 46,1% da floresta abatida. A pobreza também é mais intensa na Bragantina e no Marajó, 68,5% e 73,9%, sendo mais amena no sudeste, 53% da população.

Em resumo, pode-se inferir que a situação atual da socioeconomia paraense é paradoxal, isto é, crescimento econômico acompanhado de crescimento da pobreza e não superação dos problemas sociais como acesso à saúde, educação, habitação e saneamento básico adequado para boa parcela da população. Esse quadro é pior no Nordeste do Estado e melhor na região economicamente mais dinâmica, o sudeste paraense.

Após breve apanhado do processo histórico dessas regiões, analisar-se-á, a seguir, até que ponto essas desigualdades econômicas internas se devem ao capital social presente em cada região.

Tabela 01- Pará e meso-regiões: indicadores selecionados

Discriminação	PARÁ							BRASIL
	Baixo Amazonas	Marajó	Belém	Nordeste	Sudoeste	Sudeste	Total	
Área (mil km ²)	340,4	104,1	6,9	83,2	415,8	296,7	1.247,1	8.514,8
População, 2007 (mil)	704,7	432,1	2.480,3	1.765,7	517,6	1.497,4	7.397,8	169.799,1
Crescimento demográfico, 1970-2007 (% anual).	2,29	1,91	3,2	2,35	7,18	7,16	3,33	1,94
Densidade demográfica 2007 (hab./km ²)	2,1	4,2	359,5	21,2	1,2	5,0	5,9	19,9
Grau de urbanização, 2007 (%)	55,3	38,6	93,6	44,8	47,3	61,2	65,3	81,2
PIB, 2005 (R\$milhões)	3.303	881	17.286	3.833	1.572	11.735	39.150	2.147.239
Crescimento do PIB, 1970-2005 (% anual)	6,85	4,42	6,30	5,21	10,87	15,01	7,23	5,94
Densidade econômica, 2005, R\$mil (PIB/km ²)	9,7	8,5	2.592,7	46,0	3,8	39,5	31,4	252,1
Grau de industrialização, 2005 (%)	32,5	15,1	28,9	15,3	14,2	48,6	33,1	29,3
PIB per capita, 2005 (R\$ 1,00)	4.687	2.039	6.669	2.171	3.037	7.837	5.292	11.658
Crescimento do PIB per capita, 1970-2005 (% anual)	4,40	2,45	2,95	2,78	3,29	7,06	3,71	3,89
Grau de Desmatamento, 2007 (%)	33,2	46,1	99,5	72,6	15,3	52,0	35,8	
Grau de Pobreza, 2000 (% da população)	66,5	73,9	54,0	68,5	53,8	53,2	61,7	32,75

Fontes: IBGE; IPEA; PRODES; ALBUQUERQUE, 2008a e 2008b

Formação Econômica do Pará e de suas Macrorregiões

A formação econômica das três macrorregiões paraenses, oeste, nordeste e sudeste (mapa1) está fortemente ligada aos meios de transporte de mercadorias e pessoas utilizados ao longo da história da humanidade na idade moderna. No território do Nordeste paraense, atualmente constituído pelas mesorregiões Metropolitana de Belém, Marajó e Nordeste propriamente dita, foi onde teve início a colonização portuguesa na Amazônia, graças à utilização das caravelas e naus que os portugueses desenvolveram para expandir seus negócios comerciais na transição do feudalismo para o capitalismo na Europa.

Os fortes militares e as missões de catequese católicas deram início ao processo de colonização do Pará. Belém foi o primeiro núcleo de povoamento por europeus e onde se estabeleceu uma dinâmica mais consistente do Estado português para apoiar a ocupação do interior amazônico. Singrando os principais rios da bacia amazônica a partir de sua foz, as regiões oeste e nordeste do Pará foram as primeiras a terem seus recursos naturais explorados pelos colonizadores lusitanos. Na região oeste, para reprimir holandeses e ingleses que haviam se estabelecido nas proximidades da foz do rio Xingu e no Marajó, os portugueses subiram o Amazonas e fundaram vários fortes militares às margens do grande rio, que deram origem as principais cidades da região: entre eles Gurupá, Óbidos e Santarém. No nordeste do Pará, buscando caminho terrestre alternativo entre Belém e São Luis, fundou-se Bragança, em 1634. A exploração da canela, especiaria muito apreciada na Europa no século XVII, levou à fundação de Cametá, em 1637, no Baixo Tocantins. O barco a vapor, que foi introduzido na Amazônia por Mauá em 1852, ligou Belém a Manaus e aumentou o comércio das drogas do sertão da região oeste do estado, que desde finais do século XVII, teve em Santarém o principal núcleo de colonização da região, servindo como entreposto comercial da economia das drogas do sertão regionais (cacau, cravo, salsaparrilha e principalmente a borracha no final do século XIX).

O sudeste paraense, devido às dificuldades de navegação do rio Tocantins à montante da atual cidade de Tucuruí, permaneceu quase que à margem desse processo de exploração econômica até o século XX.

Embora esse processo de colonização no Pará durante os períodos colonial e imperial possa contribuir para explicar em parte os fundamentos da formação da região pioneira, principalmente de parcela do nordeste paraense, como Belém, capital do estado e metrópole regional do Norte brasileiro, Marajó e Baixo Tocantins, ela não é suficiente para se entender a formação econômica da maior parte do território que hoje compõe o estado do Pará.

Isto porque apesar da ocupação demográfica e econômica ter tido início, como vimos, com a fundação do forte militar que deu origem a cidade de Belém, em janeiro de 1616, esse processo somente engendra diferenças regionais internas a partir do final do século XIX, quando a parte norte do leste paraense, diretamente polarizada por Belém, passa a ser ocupada por migrantes estrangeiros e nordestinos, em decorrência da colonização oficial do governo estadual que planejou a ocupação da região para ser um pólo agrícola de abastecimento da capital do estado. Isso ocorreu porque a maioria da população passou a se dedicar à extração da borracha causando crise no abastecimento de gêneros alimentícios nos núcleos urbanos, principalmente, em Belém.

A construção da Estrada de Ferro Belém Bragança, iniciada em 1883 e concluída em 1908, ligou Belém a cidade de Bragança, núcleo de povoamento dos mais antigos do estado, que desde a sua fundação, em função do isolamento e presença de índios hostis, permaneceu estagnada econômica e socialmente até meados do século XVIII, quando a Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão promoveu a dinamização econômica da Amazônia durante o governo do Marques de Pombal.

Com a construção da via férrea que, originalmente previa ligar Belém a São Luis, a colonização da bragantina, nome com que passou a ser designado toda região leste do Pará, baseada em política agrícola de ocupação de pequenos lotes de 25 hectares, em média, deu origem a um intenso processo de ocupação demográfica e desmatamento da floresta que ali existia, principalmente por migrantes nordestinos.

Atualmente o predomínio da floresta secundária (capoeira) nessa região deve-se aos desmatamentos de grandes áreas de floresta nativa associados a três fatos históricos: a abertura da Estrada Real, em 1616, que ligava Belém até o Maranhão passando pela região do Caeté; a construção da Estrada de Ferro (1883-1908) e o avanço da frente de colonização, ambos responsáveis pela destruição da floresta primária. A floresta quase desapareceu ao ser convertida em carvão de lenha para conseguir movimentar o trem. (VIEIRA, 2007)

Além disso, essa ferrovia que ligava Belém e os diferentes pólos da região Bragantina facilitou o assentamento de colônias e núcleos agrícolas, assim como o início de uma agricultura extensiva. Ainda segundo Vieira (2007) os colonos derrubaram e queimaram a mata primária nas áreas próximas à ferrovia para estabelecer núcleos de desenvolvimento e posteriormente desmatavam intensamente áreas do interior e algumas décadas depois, a paisagem transformava-se em fragmentos de mata isolada e residual.

Nessa mesma ocasião, no mesmo ano da conclusão da Estrada de Ferro de Bragança, teve início a construção de outra estrada de ferro no Pará, como tentativa de promover-se a colonização da metade sul do leste paraense, a partir da frente norte-sul polarizada por Belém: a Estrada de Ferro do Tocantins, cujo principal objetivo era vencer o trecho de maior dificuldade de navegação daquele rio, que tornava difícil a integração do sudeste paraense à capital do Estado. Sua função primordial, entretanto, nunca chegou a ser atingida, pois os 118 km que foram construídos, ligando a atual cidade de Tucuruí à Jatobal, não foram suficientes para contornar o trecho encachoeirado do rio Tocantins. A intenção de ligar Belém à Porto Alegre, por essa ferrovia permaneceu um sonho dos políticos e dirigentes da ferrovia até 1960, quando a integração norte-sul do país seria concretizada pela abertura da rodovia Belém-Brasília.

A partir de então se intensificaram fortemente os fluxos migratórios para o sudeste paraense em decorrência de políticas governamentais que apoiaram processos de colonização das terras sob área de influência daquela rodovia que cortou quase a totalidade do território oriental paraense na década de 1960. A colonização dessa região, portanto, foi predominantemente conduzida e realizada do Sul para o Norte, fato que a diferenciaria das outras macro-regiões paraenses, em função do afluxo de capitais e correntes migratórias do centro-sul com cultura mais voltada para o empreendedorismo de atividades integradas ao mercado capitalista.

Dessa forma, a ocupação e desmatamento do leste paraense, que havia se intensificado no final do século XIX na parte setentrional dessa região, conhecida como zona bragantina, área que abrangia as terras localizadas entre Belém e Bragança cortadas e sob influência da estrada de ferro, ganha intensidade máxima com a construção da Belém Brasília e a corrida às terras marginais da mesma, desde Paragominas, no extremo norte, à Santana do Araguaia, no extremo sul do Pará.

Assim, ao contrário do que ocorreu no nordeste do Estado, o sudeste paraense desde a década de 1950, passou a representar a fronteira econômica amazônica do capitalismo industrial brasileiro que estava sendo construído com base na indústria automobilística centrada em São Paulo. As políticas públicas iniciadas no governo de JK (1956-60) e intensificadas pelos governos militares (1966-1985) provocaram intenso fluxo migratório de mercadorias, capitais e pessoas para a região sudeste do Pará.

Marabá, no flanco norte, e Redenção, no flanco sul, assumiram a polarização da vida econômica e social da região. Marabá, cidade mais antiga, fundada por pequenos criadores de gado em 1898, teve origem na época áurea da exploração da borracha de caucho na região dos rios Itacaiúnas e Tocantins. A intenção inicial dos fundadores de Marabá de criarem um núcleo agrícola no local, uma vez que eles eram criadores de gado oriundos da frente pecuária maranhense radicada em Boa Vista-Goiás (atual Tocantinópolis-TO), não se concretizou, em função da não existência de campos naturais no norte da região e da descoberta na mesma época da migração desses pioneiros, do caucho nas matas do Itacaiúnas. (VELHO, 1972).

Redenção, cidade que polariza a vida da metade sul dessa região, com apenas 40 anos de vida, é a expressão urbana na Amazônia do capitalismo paulista que se expandiu para a Amazônia oriental brasileira na segunda metade do século XX. Obra de fazendeiros e empresários do centro-sul foi a base de ocupação pela pecuária moderna que substituiu a floresta pelo boi. São Felix do Xingu, por exemplo, maior município da região, é também o que possui o maior plantel de bovinos do Brasil, mas, também é o que mais tem sido desmatado na última década para viabilizar a pecuária na região.

Marabá, atualmente centro regional do sudeste paraense, era, portanto, centro de abastecimento de atividades extrativistas, primeiro do caucho, e depois da castanha, tendo sido essa produção a mais significativa da Amazônia até a destruição dos castanhais do Tocantins na década de 1990. A partir da abertura das rodovias federais Belém-Brasília, em 1960 e Transamazônica, na década de 1970, e da rodovia estadual PA150, no mesmo período, da descoberta da província mineral de Carajás, dos garimpos de Serra Pelada e Cumarú (Redenção) e da política de incentivos fiscais da SUDAM, a partir de 1966, essa região foi alvo do maior fluxo migratório de toda história do Pará com a constituição de inúmeros latifúndios e fazendas para criação de gado bovino convivendo com pequenos produtores rurais que migraram para o sul do Pará na esperança de encontrar terra e trabalho para melhorarem de vida.

A diferença entre a ocupação e desmatamento do Nordeste em relação ao Sudeste do Pará, é que nessa última região, de ocupação intensa mais recente, a frente migratória não se constituiu predominantemente de pequenos agricultores descapitalizados, como ocorreu na região bragantina, e sim, também, de grandes empreendimentos capitalizados com recursos públicos, a maioria deles com sede em São Paulo, que estabeleceram fazendas de gado, exploração madeireira e mineral e outros negócios, inclusive fundaram e ergueram cidades, como Redenção, que tornaram essa região a mais

prospera do Pará, ao contrário da Bragantina, que entrou em um quadro de estagnação econômica e pobreza relevante.

Já a região oeste do Pará, constituída pelas mesorregiões do Baixo Amazonas e Sudoeste paraense, foi a área menos antropizada até o final do século XX, quando a perspectiva de asfaltamento da rodovia Cuiabá-Santarém e Transamazônica, nos anos recentes, já tem dado mostra de reprodução do processo verificado na banda leste do Estado, sem bem que ainda bem distante do quadro oriental. Apesar da formação econômica e social ter origem ainda no período colonial e a economia da região ter sido alavancada principalmente pela exploração dos recursos florestais: drogas do sertão (século XVII), cacau (século XVIII), borracha, juta, madeira, pau rosa e pimenta do reino (século XX), essa região, em função da conexão com Belém e o Sul do Brasil se dar somente por via fluvial e aérea, permaneceu, até a década de 1980, de certa forma protegida de exploração mais intensiva de seus recursos florestais, como ocorreu na Bragantina e no sudeste do Pará.

Porém, em finais da década de 1970, com a descoberta do ouro no vale do Tapajós, a abertura das rodovias Transamazônica e Cuiabá Santarém esse quadro de relativa proteção natural começou a mudar no oeste paraense, principalmente na parte mais ocidental, polarizada por Itaituba e Altamira, onde a taxa de crescimento médio anual da população, entre 1970 e 2007, cresceu praticamente no mesmo ritmo alucinante do sudeste paraense, 7% ao ano, ritmo muito superior à média do Pará (3,3%) e do Brasil (1,9%) no mesmo período.

Mesmo assim, atualmente, a meso-região ocidental polarizada pelos centros sub-regionais de Altamira e Itaituba é a que apresenta menor densidade econômica e demográfica do Estado, apesar de ter sido, após o sudeste, a região que mais cresceu economicamente no período 1970-2005 (11% contra 15% do sudeste), sendo relevante em termos econômicos a atividade de mineração em Almeirim (Projeto Jarí) e Oriximiná (Mineração Rio do Norte) e a produção de pescado no Baixo Amazonas. Tem crescido também a produção de soja ao longo da rodovia BR 163.

Esse quadro revela que essas meso-regiões, principalmente a sudeste, tem apresentado crescimento da produção duas vezes maior que o da população. Redenção, que em 1969 era um pequeno povoado nos sertões do Araguaia paraense, tornou-se, em cerca de 30 anos, o centro econômico e político da metade sul, enquanto Marabá polariza a metade norte da região sudeste.

Assim, através dessa síntese histórica fica evidente que o desmatamento e a alta pressão demográfica que ocorreram primeiramente no Nordeste e depois no Sudeste do Pará, tiveram um grande impacto na qualidade de vida atual da população que reside na banda leste do Pará, ao substituir a floresta primária por áreas de cultivo, capoeiras e pastagem nas duas regiões. Todavia, em função da diferença na composição das frentes migratórias, constata-se que a origem histórica dos migrantes do nordeste do estado, sendo predominantemente composta por agricultores nordestinos com baixa escolaridade e desprovidos de condições materiais e tecnológicas mínimas, não conseguiram obter resultados que se traduzissem em empreendimentos capazes de aumentar o padrão de vida regional, com exceção dos migrantes japoneses que se fixaram em Tomé-Açú e Castanhal, na segunda metade do século XX.

No do sul do Pará, ao contrário, além da população nordestina com baixa escolaridade e desprovida de recursos materiais e conhecimento mínimo para enfrentar situações de adversidade, a

corrente migratória predominante foi a de sul para o norte, onde além de agricultores do sul, descendentes de alemães e italianos, também se deslocaram para a região o grande capital baseado em São Paulo, que provocou alterações significativas no padrão de vida local, com grandes investimentos na pecuária, exploração florestal e mineral da região.

Por conseguinte, essa contextualização histórica nos mostrou os elementos sociais e econômicos da configuração espacial do estado do Pará e como os interesses econômicos muitas vezes implementados pelo Estado prevaleceram sobre os interesses sociais, o que possivelmente pode explicar a realidade social citada no tópico anterior.

No entanto, no processo histórico de formação do estado, as frentes populacionais que se fixaram nos diferentes espaços regionais do estado do Pará não possibilitaram enxergar uma diferenciação significativa, quanto ao que diz respeito a qualidade da participação no estado. Contudo, elas nos indicaram em que situações os grupos migrantes e os grupos nativos podem se confrontar e em que situações eles podem se unir e cooperar efetivamente para o bem público. Assim, o próximo tópico terá o papel de mostrar como a participação da sociedade entra na agenda de planejamento do desenvolvimento econômico da Amazônia, mas especificamente na realidade paraense, e como sociedade paraense tem vivido e percebido a participação social no cotidiano. Em especial foi revelador que a formação histórica dessa sociedade contribuiu tanto para as ações de cooperação que favoreceram que alguns grupos tomassem partido dos assuntos políticos; quanto para a omissão e desinteresse dessa sociedade em participar dos assuntos de ordem pública, assim, o nosso papel é mostrar os desdobramentos regionais desse fato na vida socioeconômica paraense.

Iniciativas de Participação Social nos espaços regionais paraenses

Nas últimas décadas a região amazônica, que possui atualmente o maior bioma de florestas tropicais do mundo, tem sido protagonista de vários debates em torno da importância da manutenção e conservação dos recursos naturais não renováveis, uma vez que as questões ambientais tornaram-se parte da agenda dos governos (Castro, 2004). Além do papel que é dado as instituições públicas brasileiras para a implementação dessa nova agenda, atualmente a sociedade amazônica tem sido mobilizada a debater, garantir e implementar as metas do desenvolvimento sustentável – uma concepção moderna que alia o desenvolvimento ao estabelecimento de uma sociedade justa, economicamente eficiente e ambientalmente correta (COSTA, 2006). Mas, para isso, essa mesma sociedade deveria estar instrumentalizada com informações, oportunamente motivada e capacitada para participar dos espaços de debates criados para esse fim.

Dessa forma, na Amazônia brasileira em geral, e no Pará, particularmente, a formação da economia e da sociedade nas macrorregiões do Estado está diretamente relacionada com a implementação de políticas públicas geradas e conduzidas essencialmente apenas nas esferas governamentais. A participação da sociedade nesse processo tem se limitado, no passado recente, a inserção das comunidades nas decisões e ações que visem minimizar os diversos problemas sociais e ambientais resultantes do grande fluxo de pessoas e atividades extrativas dos recursos naturais de cada região do Estado, principalmente o desmatamento.

Muitas vezes, essas políticas são pouco efetivas e constituem-se como uma resposta do governo brasileiro as pressões internacionais pela manutenção da floresta e pela diminuição da taxa de

desmatamento. Por outro lado, a participação popular que vem ocorrendo no estado do Pará é também o resultado das lutas dos movimentos sociais regionais e locais que expressaram suas demandas e necessidades (CONCEIÇÃO, 2002).

Assim, é importante pontuar que a participação popular é um novo paradigma ou modelo de gestão e planejamento da coisa pública sempre citada nos documentos governamentais e na literatura corrente. Por isso, a inclusão das comunidades nas políticas públicas não é exclusiva da realidade amazônica, porque a participação popular - a atuação da sociedade seja por meio da consulta pública ou por meio da decisão de uso da coisa pública, passou a ser concebida como um novo paradigma de conceber e resolver os problemas da sociedade como um todo.

Argumentos favoráveis afirmam que a participação efetiva dos cidadãos na vida política tem gerado um ambiente favorável à diminuição do oportunismo e da corrupção, possibilitado uma melhor transparência nos negócios públicos, além do que garantido uma melhor eficácia das políticas públicas (DEMO, 2001). Por outro lado, a participação social tem sido vista também como mais um mecanismo legitimador utilizado por grupos organizados para a manutenção do *status quo*, o que comprometeria assim a construção do interesse coletivo (CARVALHO, 2002).

Contudo o estudo de Putnam (2005) contraria essa última visão, pois foi notório nos seus achados empíricos que uma sociedade marcada por relações de cooperação, laços sociais horizontais, politicamente organizada e consciente é capaz de alterar e favorecer o sistema econômico, político e social de uma região. Para esse autor, este tipo de organização social é denominado de sociedade cívica *a qual* se caracterizaria por ser uma sociedade mais instrumentalizada para debater e gerenciar os conflitos por meio da participação na vida e nos negócios públicos. Portanto, uma sociedade cívica possui cidadãos imbuídos de direitos e deveres iguais, mantidos por um senso de comunidade criado a partir de ações de solidariedade, confiança e cooperação e participam ativamente das decisões políticas e, por outro lado, possuem mecanismos de controle das decisões e ações dos gestores públicos, favorecendo assim o desempenho institucional dos governos (PUTNAM, 2005).

Ao buscar aplicar o conceito de *sociedade cívica*, construído por Putnam na realidade paraense, nos deparamos com vários questionamentos acerca dos limites e potencialidades à participação no processo de formação dessa sociedade, pois essa sociedade é marcada por uma realidade socioeconômica desigual socialmente e caracterizada por relações sociais marcadas por conflitos de diversas naturezas.

Isso porque, como anteriormente citado, a formação do estado do Pará foi o resultado da configuração de uma sociedade marcada pelos conflitos de diversas naturezas, seja pela disputa do acesso a terra e recursos naturais; seja pela manutenção das culturas e costumes tradicionais constantemente ameaçados por disputas geradas, principalmente, pela instalação e expansão da grande frente capitalista que se intensificou no século XX, muitas vezes, implementada pelo Estado.

Essa realidade histórica possibilitou a formação de uma sociedade contraditória, a saber, grupos sociais marcados por uma cultura típica de fronteira oportunista, ligada por laços de hierarquia e opressão; grupos migrantes ligados ao meio rural que tiveram que, muitas vezes, se organizar por laços de cooperação para enfrentar as dificuldades e os problemas advindos da instalação, ocupação e fixação das terras devolutas paralelo a presença de grupos de culturas tradicionais (ribeirinhos,

indígenas, pescadores, coletores e outros) que tem buscado constantemente manter a reprodução e manutenção de suas culturas e modos de vida (CONCEIÇÃO, 2002; MAGALHÃES, 2002).

Assim, todos os espaços regionais paraenses possuem na sua configuração social esses grupos supracitados. Contudo, devido ao processo de formação histórica desses espaços regionais é possível notar que em alguns casos esses grupos são mais presentes em algumas regiões do que em outras. Ou seja, é comum encontrarmos estudos citando a reprodução das comunidades pescadoras e extrativistas do Nordeste paraense, por outro lado, é comum encontrarmos estudos citando o trabalho escravo, o papel das comunidades rurais e os conflitos de terra nos subespaços regionais do sudeste e oeste paraense.

Numa breve leitura sobre as várias iniciativas de participação no estado do Pará e suas diferentes configurações espaciais, ou seja, no meio rural (Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural), no meio urbano (Planos de Desenvolvimento Urbano), e no âmbito regional (Plano Br 163) foi possível observar que existem alguns problemas que limitam a participação popular. Dentre eles constam a pouca capacitação dos participantes e lideranças para a tomada de decisões, estabelecimento de manobras que buscam comprometer a implementação das decisões para garantir a manutenção do *status quo* das elites locais, o não comparecimento dos atores locais para as audiências públicas e outras ações.

Contudo, Carvalho (1997) afirma que a participação social é um processo e precisa continuamente ser construído e forjado nas estruturas sociais locais. Dessa forma, é possível reconhecer que também essas experiências sinalizam ações de participação que estão sendo ao longo do tempo melhoradas e que podem mobilizar e capacitar os atores locais, apesar de não ser possível, somente com essa estratégia romper com a realidade de não cooperativismo, tão presente na sociedade paraense.

Dessa forma, o perfil da vida política regional por meio da avaliação da capacidade da participação da sociedade paraense será traçado no desdobramento de três sub-temas que são: (1) representação política por meio do levantamento das organizações privadas sem fins lucrativos no estado e nas mesorregiões; (2) avaliação da formação de uma sociedade de interesses versus uma sociedade de solidariedade; e por fim (3) capacidade de controle social na vida política local.

Representação Política na realidade regional paraense

Na realidade da Itália economicamente desenvolvida descrita por Putnam a participação na vida política local iniciava-se nas associações comunitárias, nas sociedades orfeônicas, nas cooperativas, nos clubes desportivos, nos partidos de massa e similares, ou seja, entidades organizadas que debatiam os problemas locais, buscavam soluções e ao mesmo tempo atuavam nas ações do governo por meio de pressões políticas. Assim, quanto maior o número de instituições, melhor seria o aporte de capital social de uma sociedade, pois esta estaria cada vez mais unida por laços de confiança e cooperação que favoreceriam as ações em prol do bem comum.

Assim como Putnam, se utilizássemos a quantidade de instituições da sociedade organizada para avaliar a capacidade da sociedade paraense de atuar na vida pública local teríamos a seguinte realidade: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE no ano de 2005 existiam no Brasil cerca de 340 instituições privadas sem fins lucrativos, deste total 16.164, ou seja, 5%

encontravam-se na Região Norte. O Pará é o estado com o maior número de instituições privadas sem fins lucrativos cadastradas, ou seja, 41% , no entanto esse perfil segue a tendência de estar relacionado ao fato de que o estado possui a maior população total da região. Portanto, as instituições privadas sem fins lucrativos são utilizadas na avaliação da participação dos cidadãos na vida política local por atuarem na defesa de direitos e interesses dos cidadãos (MONASTÉRIO, 2003; IBGE, 2008).

Para Conceição (2002), também no estado do Pará a atuação desses grupos organizados é bem representativa. Certamente, que esses grupos atuam na vida política local por meio de ações que visem garantir os direitos essenciais básicos que lhes são negados ao chegarem à frente de expansão e colonização da fronteira capitalista, possui principalmente como característica a luta pela terra e pela sobrevivência no meio rural e se estendem para a vida urbana que é também o espaço de reprodução da vida rural, assim, por exemplo, é comum o produtor trabalhar no meio rural e possuir casas ou alocar toda sua família no meio urbano.

Essas organizações surgiram, muitas vezes, incentivadas pelas políticas governamentais como forma de acessarem o crédito como é o caso do PRONERA, para o planejamento dos espaços urbanos, rurais e regionais na forma da criação de conselhos gerais e setoriais (habitação, saúde, educação) ou para a alocação de bens ou recursos financeiros públicos de forma participativa. Por fim, também surgiram por meio do trabalho de instituições não governamentais e religiosas que possuíam como objetivo organizar os trabalhadores do campo ou da cidade (MAGALHÃES, 2002).

Assim, o panorama regional quantitativo dessas instituições² no estado do Pará segue o mesmo perfil do Brasil, encontra-se em seu maior número nas regiões mais populosas e economicamente mais expressivas. Dessa forma, tem-se a região metropolitana que sozinha possui 44 % das instituições privadas sem fins lucrativos, seguida da região do Sudeste paraense com 24%, e que juntas possuem 54% da população paraense. Já as regiões, Baixo Amazonas e Nordeste, somadas possuem 22% das instituições sem fins lucrativos com um total 33% da população do estado. Além disso, têm-se as duas regiões com uma menor expressão tanto no número de instituições quanto no número da população, que são o sudoeste paraense com 8% das instituições cadastradas com uma população de apenas 7 % da população do estado, e por fim o Marajó que contabiliza um total de 2% das instituições cadastradas com 6 % da população do estado.

Se observarmos a proporcionalidade das instituições pela população é possível notar que a região do Nordeste paraense (possui um total de 23 % da população do estado do Pará e apenas 12% das instituições) e a região do Marajó (possui 6 % da população contra apenas 2% das instituições cadastradas) são numericamente menos organizadas do que a população das outras regiões do estado. Entretanto, isso não se traduz na qualidade dessas instituições, mas pode espacialmente, se houver uma concentração dessas instituições em alguns centros, gerarem um comprometimento do atendimento da demanda de algumas comunidades que podem não estar participando dos fóruns de debates públicos por falta de representatividade.

Em suma, se traçarmos o mesmo caminho de Putnam e utilizarmos numericamente a quantidade de organizações sem fins lucrativos e relacionarmos essa a participação da sociedade nos

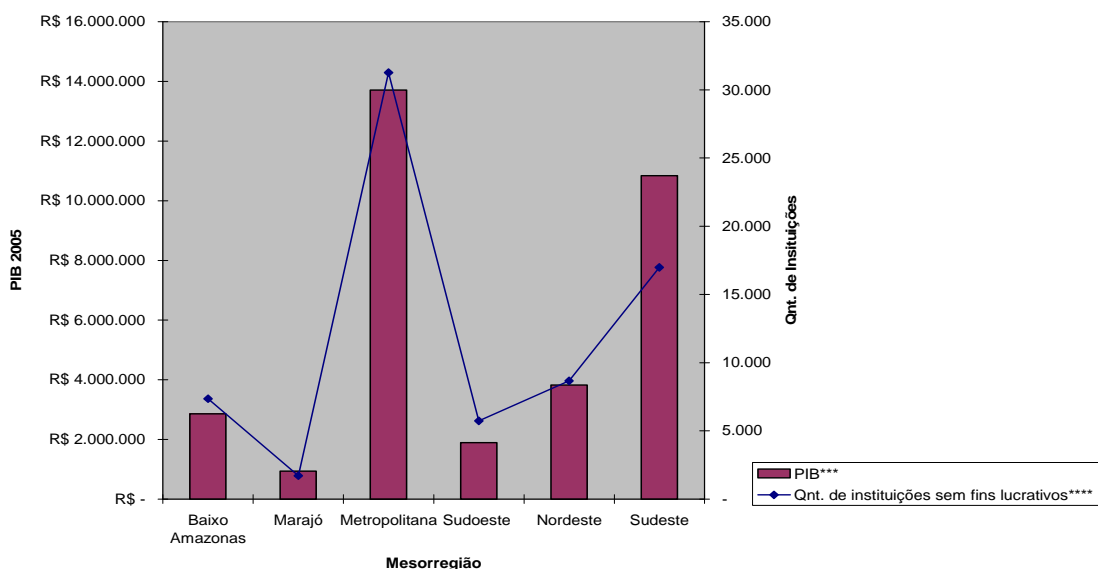
² As instituições selecionadas foram aquelas classificadas como garantidoras de direitos sociais básicos como acesso a saúde, moradia e questões ambientais.

espaços públicos poderíamos afirmar que a região Metropolitana de Belém e o Sudeste paraense possuem uma melhor representatividade por que estão mais organizadas.

Ao estabelecermos uma relação entre o PIB e a quantidade de instituições privadas sem fins lucrativos presente nas mesorregiões é possível estabelecer o outro nexos verificado pelo autor, ou seja, é visível que as regiões mais ricas possuem a maior quantidade de organizações privadas sem fins lucrativos que foram capazes de favorecer o sistema econômico local (ver gráfico 01). Portanto, esse nexos de Putnam nos apresentou questionável para a nossa realidade de região periférica, isso por que se utilizarmos o índice de Gini do estado, indicador que mede a desigualdade social, é visível a elevada desigualdade social e pobreza da população estadual, o que vem comprometer a prosperidade econômica e social do estado do Pará.

Em suma, ficou visível que esse indicador pode demonstrar a capacidade de organização das mesorregiões paraenses e a sua possível capacidade de organização social. Por outro lado, esse fato não nos apresentou como suficiente para mudar a realidade socioeconômica do estado, o que demonstra que essa organização social não está sendo capaz de romper com as estruturas e traços sociais que estão comprometendo a qualidade de vida da maior parte da população local.

Gráfico 01- Relação PIB e capacidade de organização por mesorregião paraense



Fontes: IBGE (2008)

Sociedade de interesses versus sociedade de solidariedade.

A organização social paraense sempre foi qualificada como marcada pelo conflito, pela opressão do fraco pelo mais forte, pela exploração da mão-de-obra trabalhadora e por fim pela extrema desigualdade social (VELHO 1972; MARTINS, 1997). Tais traços e relações sociais comprometeram

por décadas o desenvolvimento social desse estado e a organização política da população local que se viu em vários momentos coagida pelos sistemas opressivos que se instalaram na frente pioneira principalmente no sudeste e oeste paraense e pelo total abandono como o que ocorreu no nordeste paraense. Assim, segundo a tabela 02 é possível verificar - de acordo com a opinião dos nossos respondentes, que essas características comprometeram a capacidade de cooperação dos cidadãos paraense e possibilitou a instauração de um sistema social marcado por estruturas individualistas em detrimento da configuração social de uma estrutura de solidariedade.

Tabela 02- Grau de confiança da sociedade paraense por mesorregião

MESORREGIÕES	Metropolitana	Nordeste	Sudeste	Marajo	Sudoeste	Baixo Amazonas	Total
De maneira geral, o Sr. (a) acredita que se							
Pode-se confiar na maior parte das pessoas	58 30,20%	43 32,10%	70 19,10%	15 26,30%	25 21,40%	27 24,80%	238 24,40%
E preciso muito cuidado ao tratar com outras pessoas	113 58,90%	90 67,20%	275 74,90%	41 71,90%	91 77,80%	78 71,60%	688 70,50%
Não sabe	21 10,90%	1 0,70%	22 6,00%	1 1,80%	1 0,90%	4 3,70%	50 5,10%
Total	192 100,00%	134 100,00%	367 100,00%	57 100,00%	117 100,00%	109 100,00%	976 100,00%

Fonte: Projeto PITPARÁ: Pesquisa de Campo: 2007

Assim, segundo Putnam (2004) a confiança e a cooperação dos indivíduos apresentam-se como um pré-requisito para a participação dos cidadãos na vida política local. De acordo com a opinião dos nossos respondentes ficou evidente não existir esse tipo de interação social em nenhuma mesorregião paraense, pois 70% dos entrevistados diziam não confiar em outras pessoas e evidenciamos que esse dado se mostrou igual para todas as mesorregiões, dado esse que não foi expressivo também para as regiões com maiores PIB do estado.

Se compararmos esse resultado com o que foi elaborado no estado do Rio Grande do Sul terá para a mesma pergunta um total bem maior, ou seja, mais de 84% dos respondentes não mantém relações de confiança. Esse resultado revelou-se paradoxal, por que a Região Sul do país é considerada a região brasileira mais organizada socialmente, assim, cabe a nós nos questionarmos se isso não faz parte da característica social brasileira que é movida pela corrupção e por traços de clientelismo que fazem com que a população estabeleça relações de desconfiança entre os pares.

Por outro lado, isso não demonstra que essa interação social não exista na sociedade paraense, pois alguns estudos empíricos³ demonstraram que é possível haver cooperação e confiança nessa sociedade típica de fronteira, porém esses traços ficaram restritos a algumas comunidades rurais que se organizaram para enfrentar os problemas de instalação e fixação no campo, muitas dessas comunidades atuam nos problemas urbanos e até regionais, como é o caso das comunidades rurais que se encontram no Sudoeste e Baixo Amazonas que debateram e levaram suas demandas aos governos federal e estadual nos últimos anos e que muitas vezes, participam ativamente da vida pública municipal (CONCEIÇÃO, 2002; QUINTELA, 2002; MAGALHÃES, 2002).

Além disso, o estudo de Magalhães (2002) verificou que algumas comunidades, incentivadas por políticas públicas, foram capazes de se organizarem eficientemente para obterem benefícios

³ Ver MANESHY, 2002; CARVALHO & CARDOSO, 2007.

sociais, porém essas organizações acabavam quando passava o período de formulação ou implementação da política o que demonstra também que essas organizações sociais não conseguiram estabelecer forte vínculos nas relações sociais dessas comunidades e nem alteraram a realidade econômica local.

Participação na vida política local

A participação social nas decisões e ações públicas não é, segundo a avaliação das pessoas que responderam ao questionário dessa pesquisa uma prática presente na sociedade paraense, pois 60% dos respondentes consideravam que a população da sua região possuía um espírito participativo de baixo a médio, sendo que esse dado não mostrou variações expressivas para as mesorregiões, pois a frequência das respostas apresentou resultados iguais para as regiões.

Entretanto, um dado precisa ser destacado: quando perguntado aos respondentes se as pessoas da região em que viviam eram mais participativas que as pessoas da sua região de origem, as respostas foram favoráveis à participação da população paraense, assim, na avaliação desses respondentes, que na sua maioria são migrantes de outros estados, afirmavam que evidenciaram o espírito de ajuda e de cooperação como vizinhos e amigos mais próximos. O que demonstra como anteriormente já tratado, que nas relações sociais dominadas pelos conflitos, ainda podem existir laços de confiança e cooperação mesmo que em menor proporção. A nosso ver essa cooperação não é, muitas vezes, canalizada para atuar na vida pública municipal como um todo, assim, os motivos dessa realidade precisam ser mais bem verificados.

Dessa maneira, uma sociedade participativa seria aquela em que todos os cidadãos têm parte na produção, gerência e usufruto dos bens da sociedade de maneira equitativa (Borde nave, 1985). Tomando como referência esse conceito que se apresenta até de forma utópica é possível observar que as ações de participação tem sido constantemente relacionadas à atuação das comunidades apenas na decisão e gestão dos bens públicos e o usufruto fica delegado a um segundo plano.

È interessante notar que os nossos entrevistados percebem esse problema e citam que a participação só lhes é delegada, principalmente pelo governo, quando se tem algum interesse de legitimar decisões e ações e nunca para gerar algum benefício as comunidades tais como estrada, água encanada, trabalho, moradia e outros. Esse fato apresenta-se como a principal justificativa elencado por alguns respondentes para não acreditarem efetivamente que a participação poderá gerar mudança na atual realidade social em que se encontram. Por isso a falta de interesse foi considerada pelos respondentes como o principal motivo para a não participação dos cidadãos na vida municipal, sendo que esse dado não apresentou diferenças expressivas nas meso-regiões, pois a frequência dessa resposta é elevada nas seis regiões (ver tabela 03) .

Tabela 03- Limites à participação segundo os respondentes

Por que a população não consulta as contas públicas?	MESO-REGIÕES						Total
	Metropolitana	Nordeste	Sudeste	Marajo	Sudoeste	Baixo Amazonas	
Respondeu outro item/não respondeu	63	29	126	5	31	13	267
Acredita-se que essas contas não são transparentes	7	2	4	0	5	2	20
Não existe manifestação de interesse	61	30	107	22	51	33	304
A população não tem como se aproximar das autoridades	0	5	12	0	3	5	25
Falta de divulgação por parte do poder público	11	11	15	4	4	8	53
As pessoas tem interesse, mas não tem apoio do gov municipal	4	10	6	3	4	0	27
Medo de represália, ameaça de morte.	0	0	6	0	1	0	7
Desconhecem esse direito e prefeito nunca esclareceu	11	7	10	5	13	5	51
A população está desacreditada	10	0	4	0	0	2	16
Desconhecimento e falta de interesse	2	11	10	2	3	3	31
Desconhecimento e falta de abertura por parte do prefeito	1	0	3	1	1	1	7
Falta de conhecimento da população	4	28	48	15	0	37	132
Por confiarem no prefeito	13	1	14	0	0	0	28
Falta de tempo	5	0	1	0	0	0	6
Total	192	134	367	57	116	109	976

Fonte: Projeto PIT-PARÁ: Pesquisa de Campo: 2007

A ameaça de morte mesmo que com uma menor frequência e específico das regiões sudeste e sudoeste- que são as regiões que apresentamos piores conflitos por terra - como uma resposta para a não participação nos chamou atenção, pois demonstrou que os conflitos sociais se estendem para a vida pública municipal e se reproduzem nos espaços públicos e podem ser um fator limitante e explicativo importante a não participação social na sociedade paraense. Portanto, foi possível notar também que a falta de conhecimento acompanhada da falta de divulgação por parte do poder público são problemas muito expressivo a não participação o que confirma que a pouca capacitação social para a participação é um fator limitante importante à participação efetiva da sociedade paraense.

Por outro lado, quando perguntado qual o papel dos cidadãos e associações da sociedade local no desenvolvimento da região eles afirmavam que as ações de pressão ao poder público poderiam sim favorecer o desenvolvimento da região. Entretanto, ainda existe a visão marcante que é uma atribuição única do poder público, nas suas diversas esferas de atuação, a promoção do desenvolvimento econômico local, seja por meio dos investimentos públicos no setor econômico como criação de infraestrutura e geração de emprego. Esse dado foi unânime para os respondentes das seis mesorregiões paraenses o que não mostrou diferenças significativas nas regiões denominadas pobres e ricas do estado do Pará.

Os dados da pesquisa apontam também que os movimentos de participação são ainda movimentos de resistência à ordem constituída, ou seja, são movimentos contra a corrupção de um prefeito, ou contra a omissão do poder público das três esferas de governo. Assim, as regiões mais carentes de infra-estrutura como o Marajó, o Nordeste paraense citam o problema do abandono do poder público municipal e estadual como um empecilho ao desenvolvimento da região. Cerca de 50 % dos respondentes do Sudeste paraense cita principalmente o abandono do governo estadual como o maior empecilho do desenvolvimento regional.

Por fim, o controle social no estado do Pará é frágil devido aos problemas cotidianos ligados principalmente aos laços verticais de dominação, ou seja, tem uma elite que manda e uma sociedade que obedece, o que impede a participação da comunidade nos espaços públicos. Mas, concomitantemente esse quadro é favorecido pela pouca capacitação da sociedade para exercer

efetivamente a cidadania, e pelas relações patriarcais que fazem parte da cultura local- que segundo os respondentes ainda garantem algum acesso a direitos.

Conclusões

Na elaboração desse estudo foi possível observar que o controle social não é uma prática que alterou ou contribuiu para o desenvolvimento econômico das regiões paraenses. Isso porque no tocante às diferenças regionais internas no Pará, o perfil da participação se mostrou muito parecido para as mesorregiões, então, a relação causal entre riqueza e capacidade de organização não pode ser verificada nesse estudo.

Inclusive as regiões com maiores PIB do estado foram caracterizadas como localidades que possuíam uma participação fraca e até com relações sociais sem traços de cooperação e confiança. Assim, ficou evidente que as trajetórias históricas de formação das regiões conseguiram tanto desfavorecer as relações de confiança e cooperação, quanto favorecer alguns movimentos isolados de cooperação e confiança, que não possuíam capacidade de pressão suficiente para alterar a realidade social existente.

Portanto, se fossemos traçar um perfil de participação para o estado do Pará chegaríamos à conclusão de que a atuação dos atores locais não é visível e as poucas que existem não são eficientes para alterarem a realidade social e a baixa qualidade de vida da população paraense. Por outro lado, a pesquisa também mostrou que o controle social e a participação das decisões e ações públicas é vista pelos entrevistados como importante para a mudança social e econômica do estado, entretanto, as relações sociais baseadas nos conflitos impedem a atuação da sociedade nos espaços públicos. Por outro lado, eles delegam ao poder público o papel de organização das ações de participação e não se reconhecem como sujeitos capacitados à participação.

Dessa forma, esse fato mantém o atual paradoxo, ou seja, um estado rico em recursos naturais, com certa importância econômica para o país, porém com uma sociedade totalmente desigual socialmente. Essa realidade é o resultado da conjunção entre trajetórias econômicas de acumulação do capital, tipo de atuação do poder público e do mercado, e uma sociedade pouco capacitada para romper com essa realidade que é, muitas vezes, dominada por relações patriarcais - que na opinião das pessoas entrevistadas nessa pesquisa ainda é uma garantia de se adquirir direitos.

Isso porque o tipo de colonização, os conflitos pelo acesso a terra e aos recursos naturais, o tipo de atuação do Estado e os privilégios dados a uma pequena elite, desfavoreceram a formação de uma sociedade que fosse permeada pela cooperação e coesão, que pudesse romper com as relações verticais entre os atores sociais de todas as regiões do Estado, principalmente com o clientelismo e a corrupção, características tão presentes na sociedade paraense e que permeia todas as interações e a organização social dessa sociedade.

Dessa forma, a participação para essa sociedade é movimento de ação de resistência a essa ordem constituída. Entretanto, não possui mais força para mudar a realidade social porque não existe interesse da sociedade, essa falta de interesse se traduz na falta de conhecimento da sociedade sobre seus direitos e deveres, e é também a manutenção da própria reprodução social.

Como consequência disso foi possível notar que a não participação social efetiva também favoreceu e favorece a instalação de grandes empreendimentos que apenas retiram os recursos naturais, sem deixarem nada de benefício social. Interessante notar que os entrevistados percebem que o poder público é responsável por essa realidade, tanto pela ação quanto pela omissão, mas não se reconhecem como sujeitos capazes de romper com essa realidade e o maior empecilho ao controle social nos espaços públicos é o não reconhecimento da sociedade paraense do seu papel transformador e consequentemente a delegação da resolução dos seus problemas locais que essa sociedade dá ao poder público.

No entanto, essa sociedade está na medida do possível representada por organizações que possuem como atribuição a defesa do interesse social como as organizações sem fins lucrativos, pois o estado do Pará é o primeiro estado da região Norte com o maior número dessas organizações. A pesquisa mostrou que essas organizações surgiram muitas vezes incentivadas pelo poder público por meio de políticas que possuíam como foco a participação social, mas também como organização dos moradores para adquirir algum direitos seja de ordem ambiental ou social, o que nos parece um dado interessante para ser verificado, principalmente, no que diz respeito a atuação desses grupos na vida política local.

Referencias

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. O IDS – Índice de Desenvolvimento Social, 1970-2007 Uma Ferramenta de Análise da Evolução Social do Brasil, suas Regiões e Estados. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Altos Estudos, INAE, Estudos e Pesquisas n213, 2008a.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Amazônia e Nordeste: Oportunidades de Investimento. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Altos Estudos, Inae, Estudos e Pesquisas n255, 2008b.

BARQUERO, Antonio Vazquez. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de globalização**. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2001.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação?** São Paulo: Editora Brasiliense. 1985.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas. Guiana Francesa e Pará (1750-1817)**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARVALHO, Maria do C. A. Participação social no Brasil hoje. Instituto Polis, 1998. Disponível em: <www.participacaopopular.org.br/FPPP/does/participação-social-no-Brasil-hoje.doc> Acesso 14/02/2008.

CARVALHO, Guilherme & CARDOSO, Ana C. Planos diretores participativos: Experiências Amazônicas. Belém: UFPA, 2007.

CASTRO, Edna. Transformações ambientais na Amazônia: problemas locais e desafios internacionais. In: MENDES, A.D. Amazônia Terra & Civilização: uma trajetória de 60 anos. Belém: Banco da Amazônia., 2004.

CONCEIÇÃO, Maria de F. C. Reprodução social da agricultura familiar: Um novo desafio para a sociedade agrária do nordeste paraense. In: MANESCHY, Maria Cristina et al. No mar, nos rios e na Fronteira: Faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002.

COSTA, Francisco de A. Arranjos Produtivos Locais e o Planejamento do Desenvolvimento Regional na Amazônica: Notas sobre as possibilidades de uma nova institucionalidade. In: Oliveira, J. A. Scherer, E. Amazônia: Políticas Públicas e Diversidade Cultural. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

DEMO, Pedro. **Cidadania Pequena: Fragilidades e desafios do associativismo no Brasil**. Coleção polêmicas do nosso tempo, 80. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

GENTIL, Janete Marília Lobato. A Juta na Agricultura de Várzea na Área de Santarém- Médio Amazonas. Belém: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, série Antropologia, v.4(2), 1998.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões Polarizadas por Cidades**. Rio de Janeiro, 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos**. Rio de Janeiro, 2008.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Associações Camponesas: Reflexões sobre organização social e participação política. In: MANESCHY, Maria Cristina et al. No mar, nos rios e na Fronteira: Faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MONASTÉRIO, Leandro M. Medindo o Capital Social: Uma análise das regiões do Rio Grande do Sul. In: Correa, M. S. **Capital Social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do sul: EDUNISC, 2003.

MANESCHY, Maria Cristina et al. No mar, nos rios e na Fronteira: Faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002.

NETO, José Maria Bezerra. **Escravidão negra no Grão-Pará**. Belém: Pakatatu, 2001.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 4 ed., 2005.

QUINTELA, Rosângela et al. Parentesco , vizinhança e organização profissional na formação da fronteira amazônica. In: MANESCHY, Maria Cristina et al. No mar, nos rios e na Fronteira: Faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O Local e o Global: Limites e desafios da participação cidadã**. 2 Ed. São Paulo: Editora Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

VELHO, Octavio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VIEIRA, Ima Célia Guimarães; TOLEDO, Peter Mann de; ALMEIDA, A. Análise das modificações da Paisagem da Região Bragantina, no Pará. Integrando diferentes escalas de tempo. Revista Ciências e Cultura (SBPC) Ano 59. Ciência e Cultura (SBPC), v. 59, p. 27-30, 2007.